



## RESUMO MENSAL DA LEGISLAÇÃO OUTUBRO 2023

### Diário da República:

- **Despacho n.º 10166/2023, de 3.10.2023**  
Designação dos membros da Comissão de Sanções.
- **Portaria n.º 300/2023, de 4.10.2023**  
Procede à definição da metodologia de cálculo da taxa de remuneração a aplicar à transferência intertemporal de proveitos permitidos referentes aos custos de política energética, de sustentabilidade e interesse económico geral.
- **Decreto-Lei n.º 87/2023, de 10.10.2023**  
Altera o regime da utilização dos recursos hídricos e o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente.
- **Decreto-Lei n.º 88/2023, de 10.10.2023**  
Estabelece o regime das carreiras especiais de especialista de sistemas e tecnologias de informação e de técnico de sistemas e tecnologias de informação, e o cargo de consultor de sistemas e tecnologias de informação.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 117/2023, de 17.10.2023**  
Recomenda ao Governo medidas de cumprimento da Lei n.º 88/2019, de 3 de setembro, e determina um processo de auscultação dos municípios para avaliação do seu impacto.
- **Despacho n.º 10631/2023, de 17.10.2023**  
Altera o Aviso n.º 18225/2023, de 21 de setembro, que aprova o Regulamento para atribuição do «Prémio Compras Públicas Ecológicas na Administração Pública - Prémio ECO360».
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2023, de 18.10.2023**  
Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos.
- **Declaração de Retificação n.º 806/2023, de 20.10.2023**  
Retifica o Despacho n.º 9253/2023, de 8 de setembro, que estabelece o Programa Plurianual Conjunto de Cooperação para o Desenvolvimento nos Domínios do Ambiente e da Ação Climática (2030).
- **Aviso n.º 20307/2023, de 24.10.2023**  
Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a julho de 2023, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.



- **Portaria n.º 318-A/2023, de 25.10.2023**  
Procede à aprovação dos modelos de anúncios de acordo com formulários-tipo para a publicação de anúncios constantes do Regulamento de Execução (UE) 2019/1780, de 23 de setembro de 2019.
- **Portaria n.º 318-B/2023, de 25.10.2023**  
Procede à regulação do funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «portal BASE», previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e à aprovação dos modelos de dados a transmitir ao portal BASE, para efeitos do disposto no CCP, revogando a Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023, de 25.10.2023**  
Define os critérios ecológicos aplicáveis à celebração de contratos por parte das entidades da administração direta e indireta do Estado.
- **Despacho n.º 10882/2023, de 25.10.2023**  
Determina a constituição de um grupo de trabalho com o objetivo de promover a agilização da participação de municípios em autoconsumo coletivo e comunidades de energia renovável.
- **Declaração de Retificação n.º 830/2023, de 31.10.2023**  
Retificação do Regulamento n.º 827/2023, que aprova o Regulamento das Relações Comerciais dos Setores Elétrico e do Gás.

#### **Jornal Oficial da União Europeia:**

- Regulamento Delegado (UE) 2023/2104 da Comissão, de 4 de julho de 2023, que altera o Regulamento Delegado (UE) 2015/2402 no respeitante à revisão dos valores de referência harmonizados em matéria de eficiência para a produção separada de eletricidade e de calor em conformidade com a Diretiva 2012/27/UE do Parlamento Europeu e do Conselho.
- Decisão de Execução (UE) 2023/2106 da Comissão, de 6 de outubro de 2023, que retifica determinadas versões linguísticas da Decisão de Execução (UE) 2022/162 que estabelece regras de execução da Diretiva (UE) 2019/904 do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente ao cálculo, verificação e comunicação da redução do consumo de determinados produtos de plástico de utilização única e das medidas tomadas pelos Estados-Membros para atingir essa redução.
- Comunicação da Comissão C/2023/111, de 11 de outubro de 2023. Orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» ao abrigo do Regulamento que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência.
- Recomendação (UE) 2023/2407 da Comissão, de 20 de outubro de 2023, sobre a pobreza energética.